



PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO

Aviso n.º 7594/2017

BIBLIOGRAFIA

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da categoria de Assistente Operacional (Limpeza) da carreira geral de Assistente Operacional 1 (um) posto de trabalho da categoria de Técnico Superior (Espaço Público e Licenciamento) da carreira geral de Técnico Superior e 1 (um) posto de trabalho da categoria de Técnico Superior (Espaço Público e Aprovisionamento) da carreira geral de Técnico Superior.

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 12.1.2.2. do aviso *supra* referido, torna-se pública a legislação e bibliografia para o método de seleção – Prova de Conhecimentos (PC):

Ref.º b) – Espaço Público e Licenciamento:

- Constituição da República Portuguesa;
- Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro);
- Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro que consagra a Reorganização Administrativa de Lisboa;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);
- Competências e Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro);
- Acesso e Exercício no Licenciamento Zero (Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril);
- Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público do Município de Lisboa (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 247, Aviso n.º 14828/2015);
- Regulamento de Publicidade (Edital n.º 935/92, de 6 de março, com as alterações introduzidas pelos Editais n.º 42/95, de 2 de abril e 53/95, 30 de outubro);
- Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 251, de 30 de dezembro de 2014, Regulamento n.º 569-A/2014);
- Medidas de Modernização Administrativa (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril);

- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro);
- Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Alcântara (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 107, de 3 de junho de 2016, Regulamento n.º 552/2016);
- Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, que estabelece o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho);
- Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, que estabelece o regime dos acidentes em serviços dos funcionários públicos);
- Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de junho);
- Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);

Bibliografia:

- “Pelos freguesias de Lisboa”, de Carlos Consiglieri, Edição Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Educação, 1995;
- “Governança de Proximidade: As Juntas de Freguesia de Lisboa”, de Schmidt, M. L.; Seixas, J.; Baixinho, A., Edição INCM, 2014;

Ref.ª C) – Espaço Público e Aprovisionamento;

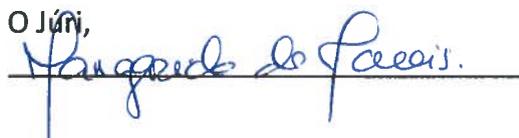
- Constituição da República Portuguesa;
- Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro);
- Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro que consagra a Reorganização Administrativa de Lisboa;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);
- Competências e Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro);
- Acesso e Exercício no Licenciamento Zero (Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril);
- Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público do Município de Lisboa (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 247, Aviso n.º 14828/2015);
- Regulamento de Publicidade (Edital n.º 35/92, de 6 de março, com as alterações introduzidas pelos Editais n.º 42/95, de 2 de abril e 53/95, 30 de outubro);
- Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 251, de 30 de dezembro de 2014, Regulamento n.º 569-A/2014);
- Medidas de Modernização Administrativa (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril);

- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho);
- Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, que estabelece o regime dos acidentes em serviços dos funcionários públicos);
- Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidade Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);
- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) – (Decreto-lei, n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro);
- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro);
- Portaria n.º 701-F/2008, de 28 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos — Portal dos Contratos Públicos;
- Portaria n.º 701-G/2008, de 28 de julho que define os requisitos e condições na utilização das plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes na fase de formação dos contratos públicos;
- Decreto-Lei 200/2008, de 9 de outubro – aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica, e funcionamento das centrais de compra;

Bibliografia:

“Pelos freguesias de Lisboa”, de Carlos Consiglieri, Edição Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Educação, 1995;
“Governança de Proximidade: As Juntas de Freguesia de Lisboa”, de Schmidt, M. L.; Seixas, J.; Baixinho, A., Edição INCM, 2014;

O Juri,



Miguel de Farias.